



## A EDUCAÇÃO PATRIARCAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

RONDON JUNIOR, Antonio Lara Marialva Meireles. **A educação patriarcal no Brasil: Uma perspectiva histórica.** Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

### RESUMO

Este artigo objetivou analisar a Educação Patriarcal: Uma perspectiva histórica. O referencial teórico realizou uma abordagem sobre a temática, levando em consideração a família patriarcal e os direitos da mulher. O método descritivo, bibliográfico com uma abordagem qualitativa norteou esta pesquisa. Neste estudo, é discutida a questão do patriarcado como um conjunto de normas que regem os papéis familiares, cujos valores têm perdurado ao longo do tempo e continuam a influenciar a estrutura familiar atual. A relação entre o patriarcado e o capitalismo também é abordada como uma possível explicação para a opressão das mulheres na sociedade. Apesar dos avanços sociais e das leis que garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres, as discriminações baseadas no patriarcado representam uma forma de violência de gênero e uma violação dos direitos humanos das mulheres. No entanto, as famílias conseguem criar novos papéis familiares em seu dia a dia, desafiando a hegemonia do discurso patriarcal ainda presente. Isso ressalta a capacidade criativa e subversiva de resistência humana às normas impostas, especialmente a resistência das mulheres à opressão patriarcal que perdura há séculos.

**Palavras-chave:** Educação patriarcal, Família patriarcal, Direitos da mulher.

### SUMMARY

This article aimed to analyze Patriarchal Education: A historical perspective. The theoretical framework approached the topic, taking into account the patriarchal family and women's rights. The descriptive, bibliographic method with a qualitative approach guided this research. In this study, the issue of patriarchy is discussed as a set of norms that govern family roles, whose values have endured over time and continue to influence the current family structure. The relationship between patriarchy and capitalism is also addressed as a possible explanation for the oppression of women in society. Despite social advances and laws that guarantee equal rights between men and women, discrimination based on patriarchy represents a form of gender-based violence and a violation of women's human rights. However, families manage to create new family roles in their daily lives, challenging the hegemony of the still present patriarchal discourse. This highlights the creative and subversive capacity of human resistance to imposed norms, especially women's resistance to patriarchal oppression that has lasted for centuries.

**Keywords:** Patriarchal education, Patriarchal family, Women's rights.

### INTRODUÇÃO

Desde os primórdios até o mundo contemporâneo, no Brasil, a mulher teve seu papel procedido na sociedade baseada numa conceptualização machista, em razão da forte presença patriarcal. Neste cenário, ficando então preestabelecido o processo de divisão sexual do trabalho, onde homens exerciam as tarefas braçais, que exigiam força para sua execução, desde a caça até a pesca. Desta forma, vindo a concretizar

culturalmente que as mulheres cuidavam da prole no seio familiar e exerciam tarefas domésticas, isto é, a mulher vivenciava um mundo privado enquanto os homens socializaram economia, política, cultura e etc. em discussões realizadas em praças, mercados livres, ruas e instituições sociais. Nesse sentido Silva (2008, p. 02) assinala:

A divisão do trabalho baseava-se em atividades que permitissem a mulher poder cuidar dos filhos, o trabalho era exercido em lugares onde pudesse levar as crianças para alimentá-las e educá-las, assim cultivava hortaliças e cuidava da domesticação de animais (SILVA, 2008, p. 02).

A divisão de gênero relacionada ao trabalho ocorreu a partir do momento em que foi incumbida à mulher a responsabilidade de cuidado com os filhos, do lar, do esposo, das prendas relacionadas ao cozer, dos bordados, da costura entre outras.

A divisão de trabalho a que se refere a autora supracitada, surge como o modelo familiar na sociedade, pois ficava exclusivamente ao cargo da mulher exercer os serviços domésticos, enquanto seu marido através do trabalho assalariado, figurava como a máquina de subsistência familiar. Nesse contexto, via-se na mulher uma desvalorização desde o interior do lar até a abrangência de um contexto social como um todo. Gonçalves (2004, p. 04) destaca:

As mulheres sempre trabalharam. Porém, as suas relações com o mundo do trabalho foram se transformando, tanto em relação aos significados que a sociedade – e as próprias mulheres – atribui ao seu trabalho quanto à forma como elas se inserem nas relações de produção. [...] a possibilidade de conciliar atividades domésticas e profissionais parece atrair as mulheres porque lhe permite adequar-se às exigências do cotidiano, na família e no mercado de trabalho. (GONÇALVES, 2004, p.04)

Com o advento da Revolução Industrial e, conseqüentemente, o surgimento do capitalismo, a mulher ultrapassou as portas do próprio lar e se inseriu no mercado de trabalho, no entanto, figurando ainda na sociedade com valor muito a quem quando comparado à posição do homem. Diante dessa situação, a mulher recorreu no seu aperfeiçoamento no que diz respeito à educação, viabilizando condições de melhorias através de cursos profissionalizantes para que estivesse em pé de igualdade com o sexo masculino.

## A família patriarcal

A conexão entre famílias e patriarcado remonta à história da palavra "família", derivada do termo latino *famulus*, que significa "servo doméstico". Nesse período, a estrutura social conhecida como família começou a se solidificar como uma instituição durante o Império Romano. Naquela época, a família romana tinha como centro o homem, enquanto as mulheres desempenhavam um papel secundário. O patriarca detinha autoridade sobre a esposa, os filhos, os escravos e os vassalos, tendo inclusive o poder de vida e morte sobre todos eles. A influência do *pater familiae* sobre os filhos era superior até à autoridade do Estado e permanecia vigente até a sua morte, podendo inclusive transformar um filho em escravo e vendê-lo (Engels, 1884/1964; Xavier, 1998).

É importante ressaltar que o patriarcado não se refere ao poder do pai, mas sim ao poder dos homens, ou do que é considerado masculino na sociedade. O patriarcado é um sistema social no qual as relações são baseadas em dois princípios fundamentais: 1) as mulheres estão subordinadas hierarquicamente aos homens e 2) os mais jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos. A dominação masculina estabelecida pelos valores do patriarcado valoriza mais as atividades exercidas pelos homens em detrimento das atividades femininas; justifica o controle sobre a sexualidade, os corpos e a autonomia das mulheres; e estabelece papéis sexuais e sociais nos quais o masculino é privilegiado e detém prerrogativas (Millet, 1970; Scott, 1995).

O patriarcado é um assunto controverso dentro do âmbito dos estudos feministas, visto com uma teoria universal e abrangente. Críticas ao uso do termo "patriarcado" são levantadas por Lobo (1992) e Rowbotham (1984), que apontam o caráter a-histórico, fixo e determinante presente em sua definição. Por outro lado, Castro e Lavinias (1992) destacam que o conceito de patriarcado, baseado em Weber, possui limitações históricas definidas, sendo utilizado para descrever uma forma específica de dominação enraizada na tradição, na qual o homem detém o poder absoluto nas relações sociais e familiares. Dessa forma, argumentam que não seria apropriado falar em uma "sociedade patriarcal" nos tempos modernos. Além disso, ressaltam que as mudanças na estrutura familiar e nas relações de gênero impossibilitam uma concepção estática do patriarcado, pois essa ideia mantém a supremacia masculina sem considerar a possibilidade de transformação.

De acordo com Pateman (1993, p.167), "o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública".

Nesse cenário, existe um patriarcado moderno e contratual que organiza a sociedade capitalista. Esse patriarcado atual mudou sua estrutura, porém preservou os princípios do patriarcado tradicional. O pensamento patriarcal tradicional considera o poder do pai na família como a origem e modelo de todas as relações de autoridade, o que era comum na Idade Média e na modernidade até o século XVII. O discurso que prevê o declínio do patriarcado, no final do século XVII, argumenta que não há mais o domínio dos pais sobre as mulheres na sociedade. No entanto, mesmo com a suposta abolição desse domínio, o direito natural dos homens sobre as mulheres ainda é mantido, como se cada homem tivesse o direito natural de controlar sua esposa, caracterizando assim um patriarcado moderno.

Segundo Machado (2000, p.3), há a confirmação da presença de um "patriarcado contemporâneo". Ao longo da história, o patriarcado moderno tem mudado suas configurações. No entanto, para essa escritora, a variedade de posições das mulheres na história ocidental, em meio a transformações e contradições, não pode ser reduzida a uma ideia única de patriarcado. Em vez disso, é vista como uma referência à constante e variada modalidade de dominação masculina.

## **Os direitos da mulher**

Com o advento da Revolução Industrial e, conseqüentemente, o surgimento do capitalismo, a mulher ultrapassou as portas do próprio lar e se inseriu no mercado de trabalho, no entanto, figurando ainda na sociedade com valor muito maior quando comparado à posição do homem. Diante dessa situação, a mulher recorreu no seu aperfeiçoamento no que diz respeito à educação, viabilizando condições de melhorias através de cursos profissionalizantes para que estivesse em pé de igualdade com o sexo masculino.

Nos dias atuais a mulher é vista com discriminação nas relações de trabalho, onde ao desempenharem as mesmas funções, haja vista, conseguindo igualar-se ao público masculino, ainda assim, não consegue equiparação salarial com o público masculino. O público feminino encontra-se cada vez mais em ascensão social,

buscando a própria independência e emancipação financeira, entretanto, ainda hoje, há resquícios muito presentes do patriarcalismo nas relações de gênero, onde a mulher continua sendo vista com ar de fragilidade, apontada em diversas hipóteses como incapaz para realizar e concluir tarefas, em tese, realizadas por homens.

De forma gradativa os direitos da mulher passaram a ser reconhecido, o gênero feminino alcançou o respeito em meio a sociedade, tendo as mulheres como grandes influenciadores no desenvolvimento histórico brasileiro, como o surgimento de movimentos feministas cada vez mais fortalecidos, servindo de instrumento de transformação, objetivando constantemente o respeito perante a sociedade. No entanto, a classe feminina continua sendo desprestigiada e sendo sujeitada ao preconceito, ainda vista como mero objeto sexual e com capacidade apenas para designar serviços domésticos.

Nesse contexto, ainda prevalece a submissão da mulher para com o homem. Atualmente a presença do patriarcado é uma triste realidade, sendo continuamente desde então admitida pela sociedade. Diante desta realidade, Maciel (2006, p. 24-25):

O patriarcado é a estrutura familiar básica de todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta pelas instituições, dos homens sobre as mulheres e seus filhos na unidade familiar. Para que os homens possam exercer essa autoridade, o patriarcado deve dominar toda a organização da sociedade, a produção e consumo, a política e o direito à cultura. As relações entre as pessoas também estão marcadas pela dominação e a violência que se originam na cultura e nas instituições. (MACIEL, 2006, P.24-25)

Realizando uma análise sobre o patriarcalismo, fica compreendido que ele habilitou o homem a exercer sua autoridade em largas dimensões. Por consequência, entende-se que todo o histórico da submissão feminina se deu desde os moldes de construção familiar até as relações sociais, contribuindo com que a dominação empregada pelo gênero masculino seja parâmetro permissivo de toda a sociedade.

A religião católica, bem como as religiões que seguem o cristianismo, também possui grande influência no cotidiano de submissão feminina, preestabelecido seus preceitos doutrinários como fontes a serem seguidas pelas sociedades patriarcais. A igreja Católica impôs que a mulher deveria prestar serviços ao seu marido, o que está muito bem expresso no livro de Gênesis 3:16, onde Deus subordina a mulher ao homem. Declarou o Senhor: “E à mulher disse: Multiplicarei sobre modo os sofrimentos

da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará”. A Bíblia também traz consigo o padrão de comportamento que deve ser seguido no matrimônio, ou seja, impera o poder de domínio do homem diante da mulher. Canezin (2006, p. 06) descreve sobre a submissão feminina:

O aspecto mais impressionante na estrutura familiar vigente até poucas décadas, sempre foi o aparente conformismo ostentado pela mulher frente à condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes: crescia submissa ao pai e continuava pela vida toda submissa ao marido – só trocava de senhor – continuando “serva” do marido e dos filhos.(CANEZIN, 2006, p.06)

Em se tratando da visão da autora, há uma estreita ligação entre a sociedade patriarcal e a submissão da mulher, pois o contexto dessa realidade vai desde a relação submissa de pai e filha, marido e mulher, sendo subordinada àquele. Situação essa sempre aceita pelo meio social e consentida pela mulher.

Neste sentido, a função da escola torna-se de fundamental importância na desmistificação do papel da mulher na sociedade brasileira, pois na atualidade o gênero feminino assume importância nos diversos setores sociais como: Política, economia, indústria, setores públicos e privados entre outras.

## **Método**

Durante esta investigação, foram realizados procedimentos que incluíram pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa qualitativa e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2003), é destacado o papel fundamental da pesquisa documental e bibliográfica na exploração dos trabalhos relacionados ao tema em questão. Os referidos recursos teóricos são essenciais para embasar a investigação, conforme apontado pelas autoras (2003, p. 158). “O conjunto do material coletado, aproveitável e adequado variará de acordo com a habilidade do investigador, de sua experiência e capacidade em descobrir indícios ou subsídios importantes para seu trabalho.

Nesse contexto, Gil descreve sobre a pesquisa qualitativa:

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas

estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (GIL, 1999, p.42)

Em relação à pesquisa qualitativa, Neves (1996, p. 1) declara “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

A pesquisa descritiva delinea os traços de uma população ou fenômeno específico. É caracterizada pelo emprego de métodos padronizados na obtenção de dados, como questionários e observações metódicas. Por exemplo, pesquisa de dados demográficos como idade, sexo, local de nascimento, preferências eleitorais, entre outros (GIL, 2008).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, as mulheres brasileiras são frutos da educação patriarcal vivenciada desde a colonização até os dias atuais. Este fato possui reflexos negativos na atualidade, pois predomina o machismo, o sentimento de posse nas relações afetivas entre homem e mulher. As consequências da misoginia, isto é, o desprezo e a aversão às mulheres são verificadas na falta de respeito, na desvalorização, na falta de direitos no mercado de trabalho, no meio político e em outros âmbitos da sociedade.

A educação brasileira sempre priorizou o gênero masculino deixando as mulheres alijadas de seus direitos como cidadã. Este fator contribuiu bastante para os casos de misoginia em nosso país e as consequências são o aumento das agressões, sejam elas psicológicas ou físicas, e o feminicídio.

Com base no exposto, compreendemos que a regulamentação das relações familiares sob o patriarcado tem sido uma constante ao longo da história e ainda persiste nos dias atuais. No entanto, observa-se a coexistência de valores contemporâneos e tradicionais na definição desses papéis, assim como diferentes arranjos familiares no Brasil que fogem ao modelo burguês, nuclear e patriarcal. Dentre eles, destacam-se as famílias lideradas por mulheres, as famílias extensas, as famílias de criação e os casais e famílias homossexuais. Estereótipos sexistas que sustentam desigualdades de gênero são identificados em diversas estruturas

familiares, especialmente em casos de violência, onde a hierarquia e a submissão ao homem são naturalizadas e legitimam abusos, inclusive os sexuais. Apesar da imposição patriarcal, a história das mulheres sempre foi marcada por submissão e resistência, e no cotidiano, os papéis familiares normalizados também são desafiados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA SAGRADA.** Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. Ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- CANEZIN, C. C. **A mulher e o casamento:** da submissão à emancipação, 2006.
- CASTRO, M.; LAVINAS, L. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto.** In: Costa, A. & Bruschini, C. (Eds.), Uma questão de gênero (pp.216-251). São Paulo: Rosa dos Tempos. 1992.
- ENGELS, F. **El origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado Buenos Aires:** Claridad (Original publicado en 1884). 1884.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, B. D. **Transformações psicossociais entre mulheres:** conquista de direitos e construção de cidadania. 2004.
- LOBO, E. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho.** In: Costa, A. & Bruschini, C. (Eds.) Uma questão de gênero (pp.252-265). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992.
- MACIEL, G. **Abusos e Violência Doméstica:** das cavernas ao computador, nada mudou. Recife: Editora Gilcéa Maciel, 2006.
- MACHADO, L.Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP. 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MILLET, K. **Sexual politics New York: Doubleday & Company.** 1970.
- NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades.** Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2 sem. 1996.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual.** Rio: Paz e Terra. 1993.
- ROWBOTHAM, S. **Lo malo del patriarcado.** In: Samuel, R. (Ed.) *Historia popular y teoria socialista* (pp.248-256). Barcelona: Crítica. 1984.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, 20, 71-99. 1995.
- SILVA, J. E. da. **Lutas e conquistas das mulheres no mundo do trabalho no século XX:** A realidade brasileira. 2008.
- Xavier, E. **Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino.** Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos. 1998.